

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade e seus movimentos: a questão da moradia.

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz

Esta pesquisa inicia um debate acerca das trajetórias dos movimentos sociais de luta por moradia na cidade de São Paulo, destacando um conjunto de situações sobre o acesso à moradia, a precariedade dos cortiços, favelas ou casas autoconstruídos em terrenos irregulares, destituídos de benefícios, bem como as articulações dos Sem Teto, diante dessas carências habitacionais.

Aborda-se, ainda, a desconcentração das moradias dos populares do centro da cidade, o padrão periférico de ocupação do solo urbano, as bases de grupos e organizações que se formaram em alguns bairros com o objetivo de promover melhores condições de vida, a criação do movimento dos sem-terra-teto da cidade de São Paulo e as ações pela regularização de loteamentos clandestinos e favelas..

Nesse contexto, verificaram-se as ações da igreja católica, pautada pelo discurso baseado nos postulados da Teologia da Libertação, os posicionamentos assumidos pelo Movimento de Moradia por meio de diversas experiências que emergiram na perspectiva de cultura política pela democracia participativa, repercutindo sobre a legislação que trata do uso do solo nas cidades, mediante as propostas de projetos de Reforma Urbana advindas da Constituição de 1988, no artigo 182, que objetiva ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O problema da habitação remonta ao processo histórico de urbanização da cidade e às suas formas de apropriação do solo. Ligam-se, igualmente, a esse problema a constituição do espaço urbano pelas classes sociais, as diferentes formas de espoliação urbana, com suas estruturas centradas no processo produtivo, a especulação imobiliária, a constituição de periferias e as políticas públicas de Reforma Urbana do Estado.

A urbanização de São Paulo esteve, em seus primórdios, vinculada à expansão cafeeira, à subvenção da imigração e à implementação de um sistema ferroviário que deveria interligar São Paulo, o Porto de Santos e as principais zonas produtoras. Concomitantemente, a vinda de muitos fazendeiros para a cidade, a interferência de europeus ligados ao comércio, ao setor bancário e à indústria, o crescimento da população e a diversidade dos investimentos

na cidade condicionaram uma política de loteamentos que levaria as camadas populares (constituídas majoritariamente por trabalhadores imigrantes e ex-escravos) a viverem em habitações coletivas, construídas a partir de adaptações de casarões deteriorados, em geral com instalações sanitárias de uso comum, pouca ventilação e congestionamento de cômodos. (BONDUKI, Nabil, 1994:47).

A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX, no Brasil, é a construção de vilas operárias pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se, assim, a luta sistemática contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das habitações higiênicas e baratas se tornará um negócio lucrativo tanto para os industriais senhorios, quanto para as companhias de saneamento. (RAGO, 1997: 176)

As diversas vilas-cidades tinham características diferentes: podiam ser construídas por empresas, sobretudo as indústrias têxteis, nos territórios das suas fábricas para abrigar seus funcionários; ou por investidores privados, destinando-se ao mercado de locação. Esta última hipótese era incentivada por meio de concessão de incentivos fiscais a particulares, já que esse tipo de moradia exerceria a função disciplinadora almejada pelos higienistas da época.

Em São Paulo, dentre as vilas-cidades destacava-se a Vila Maria Zélia, no Belenzinho.

Nela, o tempo fora das fábricas também está sujeito a normas que imperam durante a jornada de trabalho. Quem mora na vila-cidadela deve ter um comportamento “em casa” e “na rua” tão disciplinado e organizado quanto o comportamento na fábrica. Isso era garantido por uma série de controles presentes nas cidadelas: obrigatoriedade de freqüentar a igreja, toque de recolher à noite, bailes vigiados. (ROLNICK, 2003: 101.)

Os cortiços e as vilas operárias constituíam as alternativas de moradia para os populares.

Cortiços e vilas-cidadelas seriam as situações extremas de formas de habitação popular coletiva que implicam micropolíticas do cotidiano completamente diferentes. Uma é o “bárbaro ajuntamento irregular marcado pela contaminação de mentes e corpos”, outra é o “civilizado e ordeiro bairro proletário”. (BONDUKI, 1994: 47).

A questão da moradia e dos movimentos sociais envolvidos com essa problemática se manteve no cerne do processo de urbanização de São Paulo, onde se criava e recriava formas de estar no espaço urbano, como também as noções de tempo e de ritmo. A imagem da cidade se definia paulatinamente como a de um lugar de transformação e de industrialização, contendo uma série de conjuntos emblemáticos, como as idéias de

progresso, desenvolvimento e modernidade, interiorizadas nas imagens e percepções comuns dos componentes da cidade.

São Paulo surgia, assim, sob o signo do progresso e da ordem, criando uma atmosfera na qual quem não pertencesse a esse espaço (como os migrantes) seria naturalmente desqualificado ou desprivilegiado: “[...] onde se vão erguer as torres sólidas da sociedade do futuro, a babel que une e lança as bases da nova civilização.”(SEVCENKO, 1992: 38)

Marcada por problemas variados e por um notável cosmopolitismo étnico, a cidade impôs, desde o início de sua urbanização, aos seus sujeitos históricos (imigrantes desenraizados, negros, mestiços e migrantes, sem instrução nem recursos materiais) a condição de desigualdades no espaço urbano. Esse traço da vida paulistana marcaria a formação de bolsões periféricos de moradia, amiúde sem infra-estrutura e longe dos olhares das elites.

Assim, a cidade criava e recriava um conjunto de condições que impulsionaria um processo de segregação social e espacial cruelmente desumano e, ao mesmo tempo, oferecia as condições para, pouco a pouco, se estruturar e desenvolver mecanismos de organização de grupos de pessoas em situações semelhantes de vida. A organização desses sujeitos históricos conduziria às primeiras associações de ajuda mútua de bairro e de mães e aos movimentos sociais de luta por melhores condições de moradia, salários e trabalhos.¹

O cotidiano apresentava as criações e recriações das relações sociais, as condições de organização desses sujeitos históricos, as ações de resistência e as tensões na cidade. As lutas populares partiam de ações coletivas de setores que se organizavam e articulavam interesses que na sociedade eram tidos como conflitantes. Viabilizavam, nesse sentido, a abertura de caminhos para a expressão dos sentimentos contra os privilégios concedidos a uns em detrimento de outros.

Além das tensões sociais, também os projetos arquitetônicos interferiam na concepção urbana, valorizando o empreendimento imobiliário em diversas regiões, mas também agravando o deslocamento de diversos grupos sociais empobrecidos de algumas localidades centrais para regiões afastadas.

No último quartel do século XIX, empreendedores perceberam o potencial econômico da cidade e alguns loteamentos foram projetados e executados, criando, desse modo, novas configurações no espaço urbano. Esses loteamentos – que se tornariam objeto

¹ Cf. PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005. p.93-110. e LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/ SMC-OS, 1991.

de especulação – passaram a gerar dificuldades de compra de imóveis aos populares mais pobres, o que fez aumentar significativamente o número de moradores nas várzeas, ao longo das estradas de ferro, nas vilas operárias, nos cortiços e nas casas autoconstruídas. Foram essas as moradias que abrigaram as camadas populares e a crescente população trabalhadora daquela que pretendia ser a “cidade do progresso, limpa, higiênica e saudável”.

Os projetos de urbanização em São Paulo se preocupavam sobretudo em conciliar o mercado com as necessidades de reformas urbanas, provocando a especulação em diversas áreas e suscitando condições que levariam ao aparecimento de novos bairros, sempre distantes, acompanhando as linhas férreas. Nesse contexto, a empresa *Light and Power* se tornou uma peça decisiva do processo de expansão da cidade, pois era capaz de manipular o mercado para valorizar o solo urbano. Para isso, localizava nas paradas finais de suas linhas, em pontos extremos e de população diminuta, os fluxos irradiadores de valorização imobiliária, que, seguindo os trilhos dos trens, passariam a exigir a criação de loteamentos nessas áreas afastadas, além de extorquir tarifas e fornecer serviços de bondes, gás e telefones considerados de baixa qualidade.

Um rápido olhar sobre o processo de urbanização da metrópole permite constatar que a questão da terra e dos espaços urbanos foi comandada pelo capital imobiliário, e o poder público acabou por se restringir em facilitar as condições necessárias à sua reprodução e expansão. (VERAS, 1995:4)

Somando-se a essas questões, ocorreu no final do século XIX e início do XX um significativo aumento da densidade demográfica e a conseqüente proliferação dos cortiços e outras formas de moradia coletiva (o bairro que, à época, mais cresceu foi o da Santa Ifigênia), provocando tensões sanitárias e habitacionais na cidade, o que acabaria por justificar, nos dois primeiros anos da República, os planos de intervenções urbanas por parte do governo estadual. (VERAS, 1995:8)

Os planos municipais tinham dois objetivos expressos: o sanitarismo e a construção de edifícios públicos grandiosos destinados às novas instituições republicanas, que priorizariam uma cidade concebida como “civilizada”, com espaços distintos, destinados uns ao comércio e outros às residências. A cidade deveria ser uma vitrine para os investidores estrangeiros e os imigrantes, além de adequada para os fazendeiros e negociantes.

A ameaça da peste sobre os novos bairros elegantes da burguesia, como os Campos Elíseos ou Higienópolis (Cidade Higiênica), reforça a vontade de evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços refinados da cidade. A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da

cidade consiste, então, em separar os corpos, designados a cada um deles um lugar específico. (RAGO, 1998: 165)

Dessa forma, a legislação municipal e a política sanitária estadual buscavam dar continuidade ao programa que pretendia expulsar os populares da região central e coibir a construção de cortiços e moradias similares, levando à exclusão social e ao deslocamento de parcela da população carente para áreas afastadas da cidade. Esse processo resultaria no surgimento de bairros heterogêneos: os bairros operários (Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca) e as periferias. (VERAS, 1995:20)

No que se refere ao programa urbanístico do início do século XX pode-se dizer que sustentava, em certa medida, as concepções desenvolvidas desde o século XIX que afirmavam serem os imigrantes europeus “mais civilizados”. Desse modo, os padrões de segregação levaram à existência de tensões entre duas áreas urbanas contíguas, mas distintas: a área “invisível” das regiões operárias da periferia e dos cortiços, favelas e outras moradias autoconstruídas, à margem dos planos urbanísticos; e a cidade oficial, “visível”, do centro, dos bairros nobres, habitada pelas classes média e rica.

O processo de encortiçamento de bairros inteiros e a conhecida *periferização* das moradias, abandonadas pelo descaso público, marcavam as exigências de abrigo dos trabalhadores populares, denominados de “perigosos” por diversos teóricos das ciências biológicas da época.

O problema da habitação é gravíssimo e afirmam muitos que nele está a gênese do delito [...] estudo sobre os menores delinquentes, afirma que em muitos casos [...] a corrupção dos costumes e a imoralidade tem, como colaboradora na causa, a má habitação [...] a insalubridade e insuficiência da habitação e sua repercussão sobre a moral constituem problemas que urgem ser solucionados [...] no inquérito em que estudamos a situação de 1.195 pessoas, habitantes de 261 cortiços, encontramos em média, um problema de ordem moral para cada grupo de 2,7 casos. Os problemas específicos mais importantes são, em ordem de frequência, concubinato, abandono do lar pelo chefe, mãe solteira, separação dos cônjuges, menores pervertidos, alcoolismo [...] concluímos que em mais da metade dos casos estudados a situação moral dos habitantes de cortiço é precária. (TELLES, 2004: 70)

Assim, os populares moradores dos cortiços eram considerados “suspeitos” de vadiagem, desordem e amoralidades, em decorrência das condições de suas moradias, origem de delinquência. Então, as autoridades governamentais, encontrando justificativa nesses

argumentos, afastaram tais indivíduos da cidade, procurando nela exercer seu controle moral e sua vigilância.

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundice. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus desejos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra. Como Parent-Duchâtelet ou os médicos brasileiros, Aluísio Azevedo sente náuseas com o cheiro repugnante do povo amontoado nos cortiços, gerados espontaneamente como vermes. (RAGO, 1998: 175)

Uma vez afastados do centro, os populares deveriam se dirigir aos seus locais de trabalho por meio das linhas de bonde, trem e do Tramway da Cantareira, que fazia a ligação das diversas regiões. Essas ligações passaram a contribuir para uma ocupação do solo mais dispersa e periférica nas zonas norte, leste e sul da cidade, formando um cinturão industrial norte-sudeste. Também condicionaram ainda mais a expansão da cidade e o assentamento residencial dos populares na periferia, onde a alternativa de construção de moradias populares por mutirão se desenvolvia.

No entanto, o processo de periferização e segregação espacial dos populares se agravaria ainda mais em consequência da aplicação do código de postura municipal de São Paulo, de 1886, que regulamentava o funcionamento das habitações já construídas e proibia a construção de novos cortiços nas áreas centrais, provocando também o seu deslocamento do centro da cidade para as periferias. Por conseguinte, foi na periferia, longe dos olhares das elites, que proliferaram os novos cortiços, as casas autoconstruídas e os loteamentos populares. Esse contínuo movimento alterava a configuração da cidade, levando-a a uma condição de *metrópole*.

Após a Segunda Guerra Mundial, São Paulo passou a receber, em número muito maior que anteriormente, diversas ondas de imigrantes, o que aumentou a espoliação urbana, a periferização e o encortiçamento. Ademais, entre 1930 e 1940, inúmeras empresas se instalaram na cidade, acentuando os problemas sociais. Em decorrência disso, uma forte presença de trabalhadores se consolidou em seu âmago e o valor dos aluguéis atingiu níveis elevados, obrigando o Estado a intervir na questão habitacional.

Paralelamente a essa intervenção, assistia-se à verticalização da região central, que recebia escritórios e bancos, à crescente separação entre o local de trabalho e o de moradia e ao consequente esvaziamento populacional dos antigos bairros operários que

circundavam as regiões do Brás (-15,5%), da Mooca (-5,4%), do Bom Retiro (-16,5%), da Santa Efigênia (-5,5%), da Sé (-8,0%), da Bela Vista (-3,5%) e da Liberdade (-0,5%).

Esse decréscimo populacional foi o resultado mais visível do desejo burguês de separar as porções ordenadas e desordenadas da cidade, consolidando para todo o espaço urbano a separação entre o mundo do trabalho e o mundo de moradia. Esses números trazem implícito o reverso, geralmente ocultado no plano intervencionista: as milhares de desapropriações, demolições e desocupações e o conseqüente deslocamento da população que habitava as áreas centrais. Expulsas de suas moradias, essa população se dirigiu para os bairros mais afastados, deixando o centro livre de sua presença e, eventualmente, de seu protesto, em nome do imperativo técnico de facilitar a circulação rápida de mercadorias.

A partir da década de 40, as condições de moradia na cidade passaram a ter mais importância e a serem investigadas. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, então, realizou um trabalho de levantamento das condições de moradia nos bairros populares (Mooca, Canindé, Bexiga) e as comparou com as condições de moradia nos bairros ricos (Higienópolis, Jardim América, Pacaembu). Essa investigação envolveu o Serviço de Saúde, que empreendeu uma análise em 116 cortiços, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, que investigou a alta dos aluguéis.

Assim, os estudos históricos também entendem as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, passando a história da cidade a serviço também como a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso. Em seu processo de transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. (MATOS. 2002:35)

Dessa forma, destacavam-se as responsabilidades sociais do governo, que deveria promover intervenções no tocante à questão da moradia popular.

Referências bibliográficas:

- BONDUKI, Nabil. *As origens da habitação social no Brasil (1930-1954): o caso de São Paulo*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, FAU/USP, 1994. p.25.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.47-48.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002. p.35.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil - 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.176.

TELLES, Guiomar Urbina. “A habitação e a moral.” Ano 2. nº21. São Paulo: Serviço Social, 1940. In: PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX – 1890-1954*. vol.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.70.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “A nova cidade do gelo: notas perplexas sobre os nômades urbanos.” *São Paulo em Perspectiva*. vol.9. nº2. São Paulo, FSEADE, abril-junho de 1995. p.4.